

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: Reflexões do Serviço Social sobre mães atípicas

SUPERVISED INTERNSHIP AND INVISIBILIZED CARE: Reflections from Social Work on atypical mothers

Ana Clara Salles da Silva¹
Maysa dos Santos Silva²

Resumo:

O artigo tem como objetivo refletir sobre a centralidade do cuidado feminino no contexto das crianças e jovens com deficiência, com foco na maternidade atípica e na atuação do Serviço Social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada na experiência de estágio supervisionado, em que foram observados os desafios enfrentados por essas mães e a importância da escuta, do acolhimento e do fortalecimento de vínculos. Os resultados evidenciam a sobrecarga imposta às mulheres e a necessidade de práticas profissionais críticas e éticas. Conclui-se que a formação em Serviço Social deve aprofundar os debates sobre deficiência, cuidado e gênero, reconhecendo as especificidades dessa categoria da maternidade.

Palavras-chave: maternidade atípica; estágio supervisionado; cuidado feminino; formação profissional; capacitismo.

Abstract:

The article aims to reflect on the centrality of female care in the context of children and young people with disabilities, with a focus on atypical motherhood and the work of the Social Service. This is a qualitative study based on the experience of a supervised internship, in which the challenges faced by these mothers and the importance of listening, welcoming and strengthening bonds were observed. The results show the overload imposed on women and the need for critical and ethical professional practices. The conclusion is that Social Work training should deepen debates on disability, care and gender, recognizing the specificities of this category of motherhood.

Keywords: atypical maternity; supervised internship; female care; professional training; ableism.

¹ Graduada em Serviço Social, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), E-mail: anacsalles55@gmail.com.

² Graduada em Serviço Social, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), E-mail: cmsmaysasilva3@gmail.com.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

Introdução

O cuidado com crianças e jovens com deficiência tem ganhado crescente visibilidade no campo das políticas públicas, dos direitos humanos, e na atuação profissional do Serviço Social. Historicamente atribuída às mulheres, a prática social do cuidar revela múltiplas dimensões quando relacionada à experiência das mães de pessoas com deficiência, cujo cotidiano familiar, atravessado pelas crescentes expressões da questão social³, gera estresse e impactos negativos sobre sua qualidade de vida, levando-as a enfrentar desafios que vão desde o acesso a serviços especializados até a sobrecarga emocional e financeira.

Nessa direção, mesmo com o avanço das discussões sobre pessoas atípicas, anticapacitismo e igualdade social, vê-se que essas mães ainda têm uma atenção limitada, fazendo com que muitas — em razão da ausência de representatividade nos espaços midiáticos e da própria discriminação, que minimiza as demandas de pessoas com deficiência e suas famílias — se percebam como “mães invisíveis”. Logo, compreendendo que parte dessas mulheres seguem à margem com seus sofrimentos ignorados, o que pode levar, em casos extremos, ao desaparecimento e até à morte, torna-se urgente reconhecer, dar visibilidade e atribuir valor às suas vidas e experiências (Viana; Benicasa, 2023; Bastos, 2022).

Neste trabalho, utiliza-se a expressão “maternidade atípica” para fazer referência às experiências de mulheres que exercem a maternidade de crianças e adolescentes com deficiência e/ou outras condições que demandam acompanhamentos, cuidados e suportes específicos. A expressão, amplamente utilizada no cotidiano das famílias e nos espaços de discussão sobre deficiência e neurodivergência, busca destacar que essas experiências de maternidade são atravessadas por demandas particulares relacionadas ao cuidado, ao acesso a serviços especializados, às barreiras sociais e à garantia de direitos.

A utilização do termo, contudo, não pretende estabelecer uma oposição entre uma suposta maternidade “normal” e outra “anormal”, tampouco homogeneizar as experiências dessas mulheres. Ao contrário, compreende-se que as vivências da maternidade são diversas e atravessadas por determinações sociais, econômicas, culturais, raciais e de gênero. Dessa forma, a maternidade atípica é aqui compreendida a partir das condições concretas em que o cuidado

³ Para Iamamoto (2010, p. 27), a questão social é o “conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

é produzido, considerando as redes de apoio disponíveis, as condições socioeconômicas das famílias e a divisão social do cuidado concentrada sobre as mulheres.

Diante dessa realidade, buscou-se refletir sobre a centralidade das mães no cuidado de crianças/adolescentes com deficiência, dando destaque aos desafios cotidianos vivenciados por elas, assim como às possibilidades de apoio e garantia de direitos construídas por meio da atuação do Serviço Social. Tal recorte faz-se necessário devido à histórica culpabilização e responsabilização individual e patriarcal sobre as mulheres e o trabalho de cuidado, especialmente em um contexto marcado por desigualdades de gênero, sociais e territoriais. Nesse sentido, compreende-se que as dificuldades enfrentadas por essas mulheres-mães não podem ser dissociadas das condições socioeconômicas em que estão inseridas, uma vez que a vulnerabilidade social, o acesso desigual às políticas públicas e insuficiência das redes de proteção podem intensificar a sobrecarga do cuidado.

Para o Serviço Social, a pesquisa tem relevância ao tensionar as práticas profissionais e as estratégias de escuta e fortalecimento das redes de apoio à maternidade atípica, compreendendo que as exigências contemporâneas demandam um olhar amplo para as múltiplas expressões da questão social, em especial aquelas que atravessam as vivências de pessoas com deficiência e suas mães. Desse modo, torna-se fundamental compreender o cuidado para além da esfera privada e familiar, reconhecendo-o como uma questão social que demanda respostas coletivas e políticas públicas, bem como uma atuação profissional comprometida com a garantia de direitos e com a perspectiva emancipatória dos sujeitos.

A análise, de abordagem qualitativa, valendo-se de levantamento bibliográfico e documental, está ancorada nas experiências de estágio supervisionado das autoras, realizado em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), localizada no bairro de Bangu, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. O estágio obrigatório foi desenvolvido no período de março de 2022 a dezembro de 2023⁴, possibilitando o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social e da realidade social vivenciada pelas famílias atendidas pela instituição.

Para a construção das reflexões apresentadas neste artigo, foram utilizados os diários de campo produzidos ao longo do período de estágio, compreendidos como instrumentos de

⁴ Durante este período, ainda se observavam os impactos sociais e emocionais da pandemia de COVID-19, intensificado para famílias atípicas, expressos nas interrupções dos atendimentos terapêuticos, na sobrecarga do cuidado, no agravamento das dificuldades nas interações familiares, no isolamento social, nas experiências do luto, dentre outros desafios decorrentes do contexto pandêmico.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

registro das observações, experiências, atividades realizadas e demandas identificadas no cotidiano institucional. A retomada desses registros permitiu sistematizar situações vivenciadas no campo e articulá-las à fundamentação teórica, buscando ultrapassar a descrição das atividades e compreender as expressões da questão social presentes nas experiências das mães de crianças e adolescentes com deficiência.

Ressalta-se que as informações utilizadas foram analisadas de maneira a preservar a identidade dos/as usuários/as, dos/as profissionais e da instituição, não sendo apresentados nomes ou elementos que possibilitem sua identificação. Assim, a vivência prática serve como alicerce para reflexões críticas acerca da formação profissional e das possibilidades de atuação do Serviço Social comprometidas com a defesa de direitos, com a autonomia dos sujeitos e com os princípios do Projeto Ético-Político da profissão.

A construção da deficiência e o cuidado materno: percepções sociais e exclusões cotidianas

A ideia de deficiência engloba uma variada gama de terminologias e conceituações, as quais acabam por complexificar a discussão no que concerne a definições e por exigir um resgate de distintos contextos sociais. Portanto, para compreender as representações da deficiência, deve-se ter em mente que esta, como expressão direta da realidade, é determinada conforme o seu tempo histórico, trazendo assim reflexos de um longo processo de violações perpetuadas enquanto práticas culturais.

Nas civilizações mais antigas, a exemplo do cenário greco-romano, marcado pela cultuação de corpos viris e aptos para os campos de batalha, a execução⁵ de crianças com deficiência era plenamente justificável, sendo estas lançadas de precipícios ou deixadas em matas e cavernas (Silva, 1986 *apud* Brandenburg; Lückmeier, 2013).

Com a consolidação do Cristianismo, sujeitos desviantes da norma, os quais não restringem-se às pessoas com deficiência, foram reconhecidos como filhos de Deus, corroborando assim para a proibição de tais práticas exterminadoras. No entanto, a deficiência continuava a ser vista como tragédia ou expressão demoníaca, estando relegada à piedade alheia ou à perseguição (Brandenburg; Lückmeier, 2013).

A partir da Era Moderna, com o estabelecimento de outras configurações socioeconômicas e com o contínuo desenvolvimento na área da medicina, fortalece-se o

⁵ Em Roma, os próprios pais eram encarregados dessa execução.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

discurso biomédico, o qual desloca a deficiência para o campo das patologias, tornando-a dessa maneira objeto de correções. De acordo com Diniz, Barbosa e Santos (2009), esse viés interpretativo situa a deficiência como um fenômeno individual, cabendo ao sujeito adequar-se às normas determinadas pela sociedade.

De forma a contrapor esse panorama funcionalista e individualista, surge, a partir dos anos 1970, o modelo social da deficiência⁶, ocasionando “[...] uma redescritção do significado de habitar um corpo com impedimentos [...] Ao denunciar a opressão das estruturas sociais, o modelo social mostrou que os impedimentos são uma das muitas formas de vivenciar o corpo” (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p. 69).

Partindo desse breve resgate, no que diz respeito aos modos de se compreender a deficiência, cabe então reforçar que:

Há pelo menos duas maneiras de compreender a deficiência. A primeira a entende como uma manifestação da diversidade humana. Um corpo com impedimentos é o de alguém que vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial. Mas são as barreiras sociais que, ao ignorar os corpos com impedimentos, provocam a experiência da desigualdade. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades não inclusivas. Já a segunda forma de entender a deficiência sustenta que ela é uma desvantagem natural, devendo os esforços se concentrarem em reparar os impedimentos corporais, a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie. Nesse movimento interpretativo, os impedimentos corporais são classificados como indesejáveis e não simplesmente como uma expressão neutra da diversidade humana, tal como se deve entender a diversidade racial, geracional ou de gênero (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p. 67).

Entendendo que o modelo social despontou como um caminho a desafiar a soberania médica, vide o estabelecimento de deficiência enquanto “conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente” (Diniz, 2007, p. 9), pode-se atestar como este viabilizou o florescimento de mudanças expressivas no que tange a medidas de proteção a esse segmento, exemplificadas, em matéria de Brasil, pelas Políticas Nacionais de Assistência Social⁷ e de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência⁸ (PNAS e PNAISPD, respectivamente), assim como pela Lei Brasileira de Inclusão⁹ (LBI). Contudo, apesar de avanços normativos, a percepção da deficiência enquanto algo trágico e anormal ainda vigora no imaginário social, legitimando então o debate sobre capacitismo e os reatamentos deste nos espaços da vida cotidiana.

⁶ Engendrado no Reino Unido, esse modelo contou com precursores como Paul Hunt e Michael Oliver, sociólogos com deficiência, cuja movimentação política em defesa de novas práticas voltadas à deficiência culminou na crítica ao pressuposto capitalista de hierarquização de corpos (produtivos e improdutivos) (Diniz, 2007).

⁷ Cf. em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>.

⁸ Cf. em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html>.

⁹ Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

O termo capacitismo refere-se à discriminação direcionada à pessoa com deficiência. Para Mello (2016, p. 3266), ele se concretiza “através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional”. Logo, ao assinalar que a imposição de padrões oportuniza a desvalorização da alteridade, colocando determinados corpos como inferiores, a autora sinaliza que o capacitismo prescreve a compreensão generalizada de pessoas com deficiência como “incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.) [...]” (Mello, 2016, p. 3272).

Brito e Junior (2019) pontuam que o capacitismo também abarca práticas aparentemente benevolentes e cautelosas. Para os autores, “Ajudar uma pessoa que não está em uma real e visível situação de perigo e não solicitou tal ajuda, apenas porque ela é uma pessoa com deficiência, não é generosidade, é preconceito [...]” (Brito; Junior, 2019, p. 5). Quanto às expressões do cotidiano, encontram-se inúmeras que conferem uma condição não-humana e atribuem acepções degradantes às pessoas com deficiência, tais quais: “retardados”, “defeituosos”, “especiais”¹⁰, “aleijados”, “inválidos”, “mongolóides”, “incapazes”, etc.

Pensando nesse cenário, evidencia-se ainda que a discriminação não se restringe às pessoas com deficiência, alcançando também suas famílias, cujo cotidiano, marcado por gestos e comentários condenatórios, acaba por suscitar sentimentos de angústia, vergonha, raiva e culpa. A isso somam-se o cansaço, a desesperança e a impotência diante da precarização das condições de vida e do sucateamento do aparato público, sintomáticos da existência sob um Estado neoliberal, que, valendo-se da narrativa de desequilíbrio fiscal, alavanca a contração de direitos e desloca o provimento de ações de cuidado para a esfera privada/familiar (Behring; Boschetti, 2011).

Essa responsabilização familiar, nomeada familismo, termo que expressa, portanto, a tendência do Estado em relegar ao núcleo familiar o dever de cuidar e prover o bem-estar (Esping-Andersen, 1999 *apud* Mioto; Nunes; Moraes; Horst, 2018), tem na figura da mulher sua principal sustentação, resultado de um longo percurso de opressão de gênero, aqui compreendido como um constructo sócio-histórico. Partindo dessa concepção de gênero enquanto produto (variável) de determinado tempo e espaço, a autora Regina Navarro Lins assinala que “Atitudes e comportamentos femininos e masculinos são ensinados às crianças

¹⁰ De acordo com Sassaki (2003), o adjetivo “especiais” não agrega valor às pessoas com deficiência porque não é exclusivo delas, tendo em vista que se aplica a qualquer sujeito. A nomenclatura “pessoa com deficiência” é a correta, pois agrega valores de empoderamento e de responsabilidade na inclusão de todas as pessoas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

desde muito cedo e, dessa forma, vão sendo assimilados a ponto de serem confundidos, mais tarde, como fazendo parte de suas naturezas" (Lins, 2007, p. 113).

A estruturação¹¹ dessa imposição binária data do período de consolidação do capitalismo industrial, que encontra no trabalho doméstico (não remunerado) da mulher as condições para a reprodução da força de trabalho, logo, para sua própria existência (Lins, 2007). Diante disso, atesta-se que é conveniente aos interesses do Estado capitalista naturalizar e reforçar a figura da mulher-mãe zelosa, sobretudo culpada, que, ao ser encarregada do cuidado, emerge como peça fundamental para a garantia de novas mercadorias (novos trabalhadores).

Esse panorama arbitrário, na medida em que invisibiliza o trabalho realizado na esfera doméstica, corrobora relações desiguais de gênero, gerando esgotamento físico e emocional. Sobre essa questão, tratando de elementos críticos do trabalho de cuidar, a pesquisadora Minayo (2021, p. 9) afirma que “Cuidar sempre afeta a vida da cuidadora [...] são representadas com pior saúde física, mais frequente uso de medicamentos, taxas elevadas de depressão e ansiedade, estresse, distresse, menor satisfação com a vida e sensação de sobrecarga”. No contexto da deficiência, Crisostomo, Grossi e Souza (2019, p. 92) evidenciam que muitas mães de crianças com deficiência renunciam à sua vida profissional e social para se dedicarem integralmente ao cuidado dos filhos. Em diversos casos, elas assumem sozinhas o papel de pai e mães, enfrentando uma sobrecarga significativa, sendo, desta maneira, obrigadas a reestruturar a rotina familiar para atender às novas demandas.

Denunciando essa sobrecarga e atribuição unilateral, autoras feministas do modelo social da deficiência, com críticas pioneiras sobre dependência e cuidado, defendem que este último é indispensável à sobrevivência das pessoas que necessitam de atenção permanente, encarando-o como questão de justiça social, ou seja, questão pública (Diniz, 2007). Nesse sentido, compreendendo o cuidado como direito humano, a atuação do Serviço Social, cujo Código de Ética ratifica o compromisso com a defesa dos direitos e da equidade, junto às pessoas com deficiência e suas mães-cuidadoras, torna-se um instrumento legítimo de reivindicação por políticas que contemplem o fomento à construção de redes de apoio, a responsabilização do Estado e da sociedade no cuidado, e a superação da lógica individualista e culpabilizadora que sobrecarrega mulheres, sobretudo no contexto da desigualdade social.

¹¹ Ainda que a divisão de papéis já existisse em sociedades pré-capitalistas, é na sociabilidade (ocidental) capitalista, mediante o estabelecimento da família monogâmica patriarcal, que ela ganha intensificação e incremento sistemático (Lins, 2007).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

Experiência de estágio: reflexões sobre a formação e a prática

A fim de complementar esta pesquisa, foi fundamental revisitar os diários de campo¹² produzidos durante nosso período de estágio obrigatório, realizado em uma OSCIP¹³ de março de 2022 a dezembro de 2023, no bairro de Bangu, que atua no atendimento a crianças e adolescentes com deficiência, sendo o Transtorno do Espectro Autista¹⁴ (TEA) a de maior predomínio. Buscamos então refletir sobre os desafios enfrentados e os aprendizados construídos na interlocução com as mães, considerando o contexto institucional, as demandas apresentadas por essas mulheres, e os limites e potencialidades da atuação do Serviço Social nesse espaço.

Apresentando um índice elevado de usuários/as provenientes de comunidades da zona oeste do Rio de Janeiro, a OSCIP, enfrentando um cenário de violações e vulnerabilidades sociais¹⁵, objetiva viabilizar a habilitação e a reabilitação de pessoas com deficiência, que, segundo o parágrafo único do art. 14 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, visam “o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas [...]” (Brasil, 2015). Desse modo, o local possui uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Fonoaudiologia, Psicopedagogia, Nutrição e Terapia Ocupacional.

Considerando que o Terceiro Setor, como alternativa ao encolhimento da ação estatal, assume incumbências públicas, a incorporação de profissionais do Serviço Social nesse âmbito se justifica na medida em que auxilia a transformar práticas assistencialistas em ações de promoção à cidadania, bem como atua como ponte entre os usuários e o Estado, orientando,

¹² Entende-se diário de campo como um “esforço de objetivação das vivências intersubjetivas ocorridas, traduzindo-se, por isso, num material informativo de natureza essencialmente metodológica que carece de explicação teórica. [...] Trata-se de descrever e reinterpretar a cultura do cotidiano em estudo, possibilitando traduzi-la numa produção textual com relevância científico-social” (Caria *et al.*, 2023). Deste modo, o diário de campo apresenta-se como um instrumento técnico-operativo para a organização e o estudo das observações, rotinas, vivências e reflexões críticas do cotidiano institucional.

¹³ Pertencentes ao Terceiro Setor, as OSCIPs contam com financiamento público, isto é, “subsídios em troca de serviços prestados, em um processo de cooperação estabelecida contratualmente, configurando uma rede sócio assistencial formalmente credenciada para a prestação de serviços sociais” (Yazbek, 2002, p. 174).

¹⁴ De acordo com o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012, pessoas com TEA são consideradas pessoas com deficiência (Brasil, 2012).

¹⁵ Especificamente neste campo, encontramos diversas expressões da questão social, como a desigualdade de gênero, a precarização das habitações, o sucateamento da educação e da saúde, além de bairros com poucas oportunidades de inclusão, forte presença da violência, do desemprego, e de capacitismo.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

encaminhando e articulando com políticas públicas, a fim de fornecer autonomia e emancipação, de modo a evitar práticas de dependência ou violência.

Assim, na instituição, o Serviço Social tem como principais atribuições: realizar atendimentos sociais, com respectiva triagem e encaminhamento necessário; conduzir entrevistas sociais; coordenar grupos de apoio às famílias; fazer encaminhamentos para serviços de garantia de direitos; realizar entrevistas no domicílio. Com relação aos projetos nos quais a categoria se insere, estes têm como objetivo: promover encontros socioeducativos de atenção à mulher, discutindo questões de gênero que objetivam a valorização da autoestima e a conscientização de direitos fundamentais para o pleno exercício da cidadania; facilitar o acesso à área da saúde e a apoio psicológico; oportunizar, tendo os arranjos familiares como público-alvo, palestras e oficinas (presenciais ou remotas) norteadas à socialização de conhecimentos pertinentes aos/as cuidadores/as de pessoas com deficiência (Projeto Família).

As crianças e os/as jovens frequentam o espaço no contraturno escolar, de maneira a garantir o acesso obrigatório à educação escolar, e sempre devem estar acompanhados/as por um responsável previamente designado. Durante o atendimento, cuja duração é de duas horas, eles/as são acolhidos/as e separados/as em grupos menores pela equipe, enquanto seus/as responsáveis aguardam juntos/as em uma sala comum, onde socializam e confraternizam com um café da manhã ou lanche da tarde (a depender do horário).

Inicialmente, esse momento de espera era marcado pela dispersão e pela ausência de propostas para com os responsáveis. Contudo, a atuação conjunta entre as Assistentes Sociais e suas/seus estagiários permitiu ressignificar esse espaço, transformando-o em um momento de partilha e escuta qualificada. Assim foram criadas as rodas de conversa, que incentivaram as famílias — em sua maioria, as mães — a relatar suas experiências frente ao diagnóstico não só de TEA, como também de possíveis outras neurodivergências.

A criação desse espaço pode ser compreendida para além de uma atividade institucional, na medida em que a escuta possibilitou reconhecer demandas que ultrapassavam aquelas diretamente relacionadas ao atendimento de crianças e adolescentes. As falas compartilhadas pelas mães evidenciaram que o cuidado envolve dimensões emocionais, sociais, econômicas e familiares, reforçando a necessidade de uma intervenção profissional que considere a totalidade das condições de vida dos sujeitos. Nesse sentido, a roda de conversa constituiu-se também como estratégia de fortalecimento de vínculos e de reconhecimento das usuárias enquanto mulheres sujeitas de direitos, e não apenas como responsáveis pelo acompanhamento terapêutico dos/as filhos/as.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

A adesão ao então nomeado Projeto Família foi, em grande parte, positiva entre as mães, que encontraram na proposta a possibilidade de dialogar com outras mulheres que compartilham experiências similares em relação à maternidade atípica. Dessa maneira, esse espaço de escuta e troca foi reconhecido como necessário e acolhedor, no entanto, foi observado certa resistência por parte de algumas pessoas.

Em um dos diários de campo, foi relatada a postura de uma mãe que optava por não participar das atividades coletivas, preferindo manter-se isolada, utilizando o celular como uma válvula de escape para os encontros. A partir de uma abordagem ética e atenta, realizada em conjunto com a Assistente Social supervisora de estágio, foi possível compreender que sua atitude era atravessada por sentimentos de vergonha e de não-pertencimento. Após essa escuta qualificada, foi possível apresentar a proposta do projeto como uma rede de apoio e pertencimento, evidenciando os potenciais benefícios de participar de um grupo que acolhe e compreende suas vivências.

A situação registrada no diário de campo demonstra, portanto, que a participação em atividades coletivas não pode ser compreendida como uma necessidade ou escolha homogênea entre as usuárias. A intervenção profissional exige escuta e respeito às singularidades, evitando transformar a participação em uma obrigação institucional. Desse modo, o Serviço Social pode atuar na construção de possibilidades de aproximação, sem desconsiderar os limites e condições particulares de cada sujeito.

No que diz respeito à participação masculina, observamos que os poucos homens que acompanhavam as crianças/adolescentes às terapias, eram, em sua maioria, avôs, enquanto aqueles que eram pais demonstravam significativa resistência em integrar às atividades propostas. Em seus relatos, alguns desses responsáveis compreendiam aquele espaço como direcionado apenas para as mães — para as mulheres —, e eles não tinham interesse em participar. Diante disso, a equipe do Serviço Social buscou realizar intervenções com o objetivo de reafirmar que aquele era um espaço destinado a todos os responsáveis, independentemente do gênero, ao mesmo tempo que buscou contextualizar os motivos histórico-sociais — que são determinados pela racionalidade patriarcal — que contribuíram para a feminização do cuidado.

Com a consolidação do Projeto Família, as/os estagiárias/os passaram a ter autonomia para propor dinâmicas e rodas de conversa que ampliassem cada vez mais o diálogo, contribuindo não apenas para o fortalecimento de vínculos entre as famílias, mas também para a promoção do acesso à informação e à visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias. Tendo em vista ainda que, conforme aponta Caputi (2016, p. 390), “O processo

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

de supervisão de estágio ascende um campo de reflexões e debates atrelados à formação e ao exercício profissional [...]", a experiência nesse campo de atuação, impulsionando inquietações quanto à conduta profissional e à qualidade dos serviços prestados, propiciou um enfoque mais atento às particularidades da população usuária.

Nesse contexto, observamos que as mães, especialmente aquelas que lidavam com o diagnóstico recente de seu/sua filho/a, sentiram-se acolhidas ao compartilhar vivências que rompem com o ideal de maternidade socialmente construído — baseado em expectativas de perfeição e linearidade. Essa ruptura exige a ressignificação do papel materno e da imagem idealizada da criança, levando a um processo de luto, como apontam Crisostomo, Grossi e Souza (2019, p. 82) “Se esse filho tão imaginado frustra todas as expectativas, causa um choque na mãe [...] Não é de se surpreender se os pais, ao receberem uma criança com deficiência, reajam como se estivessem perdendo um ente querido e iniciem um processo de luto”.

Assim que ocorre a superação e a ressignificação desta fase, é possível perceber que essas mulheres iniciam uma trajetória árdua de reinvenção. Em meio ao impacto emocional e às demandas do cuidado diário, surge também a necessidade de garantir a sobrevivência e os direitos da pessoa com deficiência. Essas mulheres estão inseridas em um território marcado por desigualdades socioeconômicas, pela presença de comunidades socialmente vulnerabilizadas e por contextos de violências, aspectos que atravessam suas condições de vida e acesso a direitos. Nesse cenário, quando podem/conseguem, essas mães encontram seu sustento nas atividades laborais informais, autônomas e realizadas no próprio lar, como forma de conciliar o financeiro à presença constante exigida pelo cuidado.

A partir disso, a instituição e o Serviço Social trazem oficinas sobre atividades manuais que contribuam para a renda dessa mulher-mãe-periférica, tornando esse espaço um local de apoio em diferentes contextos. Entretanto, essa experiência também permite uma reflexão crítica acerca dos limites de estratégias centradas na geração de renda individual. Embora tais iniciativas possam ampliar possibilidades de autonomia e constituir alternativas concretas diante da ausência ou insuficiência de renda, elas não devem deslocar para as próprias mulheres a responsabilidade pela superação das desigualdades sociais que condicionam sua inserção no mercado de trabalho. No contexto da maternidade atípica em vulnerabilidade econômica, a dificuldade de conciliar trabalho e cuidado também está relacionada à insuficiência de políticas de proteção social, à divisão sexual do trabalho e à ausência de redes públicas de cuidado.

Diante desse cenário, essas mulheres se veem gradativamente afastadas de aspectos fundamentais da sua própria subjetividade: o lugar de mãe-cuidadora ocupa quase que

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

exclusivamente sua vida, enquanto o de ser mulher vai sendo silenciado. Práticas de autocuidado são deixadas de lado — não por escolha, mas por sobrecarga e ausência de suporte, o que as impedem de se enxergarem para além do papel de cuidadora integral. Sendo assim, mais uma vez o projeto busca revisitar o autocuidado feminino através de oficinas gratuitas (corte de cabelo, maquiagem, tranças nagô simples, etc.) e rodas de conversa (sobre o empoderamento feminino, o fortalecimento psicológico, etc.), oferecendo uma lembrança do autocuidado, seja ele físico, emocional e/ou mental.

O lazer também surge como um ambiente negligenciado por essas mulheres. Seja pela vergonha ou pela tristeza, muitas famílias deixam de frequentar espaços comuns, como shoppings, parques, e até mesmo festas de família. O capacitismo, nessa conjuntura, se expressa por julgamentos quando, por exemplo, uma criança com TEA desregula-se — comum em ambientes como muitas pessoas e diversos sons — e a mãe precisa lidar não só com a regulação do/a filho/a, mas também com olhares e falas repletos de críticas injustas. Essa postura social excludente transforma momentos que deveriam ser de descanso e lazer em experiências de tensão e constrangimento, fazendo com que famílias atípicas abdicuem dessas possibilidades de entretenimento e descanso. Do mesmo modo, durante o estágio, foi recorrente o relato de mães que afirmaram não conseguir aproveitar momentos de lazer sem se sentirem culpadas ou ansiosas, pois seus pensamentos permaneciam constantemente voltados ao bem-estar dos/as filhos/as, que tem como resultado o aprofundamento do isolamento social e o esvaziamento de experiências que fazem parte do direito à cidadania plena e ao lazer.

Há famílias que, fora do espaço da instituição, encontram seu apoio e lazer apenas nas igrejas, em sua maioria evangélicas, que historicamente acolhem e oferecem suporte emocional diante de situações adversas. Mesmo que este elo represente conforto e espiritualidade, cabe ressaltar que este espaço também traz um reflexo de uma vivência marcada pela exclusão social e pela solidão do cuidado não partilhado. Além disso, é importante reconhecer que, mesmo nesses espaços de acolhimento, muitas famílias atípicas enfrentam discursos capacitistas e culpabilizatórios¹⁶, sobretudo quando se trata de transtornos ocultos, como o TEA. Não raramente a vivência da criança é interpretada como manifestação espiritual negativa,

¹⁶ No caso específico de mães de pessoas com deficiência, Souza *et. al* (2019) aponta que nas décadas de 1950 e 1960, correntes da psicanálise associavam o transtorno à ausência de afeto materno, responsabilizando as mães pelo desenvolvimento dele. Esse entendimento deu origem à expressão “mães de geladeiras”, que culminou no estigma contra essas mulheres, pois as culpava por serem frias com seus filhos, ou seja, não serem atenciosas com suas crianças, causando assim o TEA.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

atribuindo à mãe a responsabilidade por uma possível “cura” por meio da fé e da oração, reforçando estigmas e inviabilizando a legitimidade das condições neurodivergentes.

Por fim, durante todo o período de estágio, a atuação profissional esteve voltada, recorrentemente, para o enfrentamento de desafios relacionados a demandas educacionais (profissional para mediação, Plano Educacional Individualizado¹⁷ (PEI), acessibilidade física no ambiente escolar, etc.), obtenção do RioCard Especial¹⁸, atendimentos médicos especializados (consultas com neurologistas, obtenção de laudo médico, dúvidas sobre o SISREG¹⁹) e efetivação de benefícios da Assistência Social (Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família, Auxílio-Inclusão). Essas vivências demonstram que o próprio Estado, ao invés de garantir caminhos acessíveis, impõe barreiras e burocracias que dificultam o pleno acesso aos direitos das pessoas com deficiência e suas famílias, principalmente em uma conjuntura de focalização. A falta de orientações claras, a lentidão nos atendimentos e a desarticulação entre os serviços públicos revelam uma estrutura excludente, onde o que é de direito precisa ser constantemente lutado, quando deveria estar disponível de maneira contínua, acessível e com respeito à dignidade humana.

Entre o Lutar e o Cuidar: desafios ético-políticos do Serviço Social no apoio à maternidade atípica

Como defendido ao longo deste trabalho, o cuidado é naturalizado como uma responsabilidade inata e inquestionável das mulheres, inviabilizando a discussão sobre direitos e causando profundas repercussões em suas vidas. Na circunstância da maternidade atípica, tendo como base a experiência de estágio, constatamos que a gerência das demandas de cuidado assume tamanha centralidade e intensidade que são frequentes as declarações de: (1) abdicação profissional; (2) autonegligência; (3) quebra ou fragilização de vínculos afetivos; (4) isolamento

¹⁷ Instrumento fundamental para o desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes com deficiência, é através desse Plano que ocorre uma adaptação das atividades para os(as) que apresentam defasagem na aprendizagem, sendo elaborado de acordo com os limites e possibilidades de cada sujeito.

¹⁸ “Cartão eletrônico de transporte que materializa o benefício tarifário concedido em alguns municípios do estado do Rio de Janeiro, para utilização em linhas intramunicipais sob administração das respectivas prefeituras, aos deficientes (físico, auditivo, visual ou mental) ou doentes crônicos em tratamento médico ou medicamentoso, em unidade pública de saúde ou conveniada ao SUS, cuja interrupção possa acarretar risco de morte.”. Disponível em: <https://www.riocardmais.com.br/site/tag/especial/plus_hidra_riocard.faq>.

¹⁹ “É uma ferramenta disponibilizada pelo CONASS aos gestores do SUS e outros profissionais de saúde, com a finalidade de facilitar o acesso a um conjunto de informações para subsidiar a tomada de decisão”. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/guiainformacao/o-sisreg/>>.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

social; (5) sofrimento psíquico; (6) pouco ou nulo tempo para atividades de lazer e autocuidado; (7) baixa autoestima; (8) exaustão física; (9) manutenção de relações opressivas²⁰.

Aliado a isso, levando em conta o número expressivo de mães solo em campo e que o desejo de maternar representa, para muitas mulheres, a realização de um projeto de vida, repleto de valores e idealizações, pode-se observar intensos sentimentos de solidão, inconformação e culpa, acentuados pelo capacitismo, cuja operabilidade se dá via exclusão e invisibilização das necessidades específicas de pessoas com deficiência, trazendo, por conseguinte, diversos desafios ao cotidiano de suas cuidadoras.

É importante reforçar, contudo, que essas experiências não podem ser compreendidas de maneira homogênea: a sobrecarga decorrente do cuidado é atravessada pelas condições materiais de existência, pelas relações de gênero e pelas desigualdades raciais. Mulheres inseridas em contextos de pobreza, trabalho informal, desemprego ou fragilidade das redes familiares enfrentam condições distintas daquelas que dispõem de maior acesso a serviços privados e redes de apoio. Do mesmo modo, as desigualdades raciais historicamente constituídas no Brasil precisam ser consideradas na análise das possibilidades de acesso a direitos, serviços e proteção social.

Na presente experiência de estágio, o número expressivo de famílias provenientes de comunidades da Zona Oeste do Rio de Janeiro reafirmou a necessidade de considerar o território e as condições socioeconômicas como elementos centrais das demandas dirigidas à categoria profissional, ressaltando que a deficiência não deve ser analisada de forma dissociada das condições financeiras, das desigualdades de gênero e das relações raciais. A perspectiva interseccional contribui, portanto, para compreender como diferentes formas de desigualdade se articulam e podem intensificar as barreiras enfrentadas pela população usuária.

Neste contexto social patriarcal e discriminatório, o Serviço Social, orientado por seu Projeto Ético-Político, atua de forma crítica e interventiva frente às demandas apresentadas por este segmento, buscando romper com práticas naturalizadas de culpabilização e preconceito, e atuar na articulação de redes de apoio que promovam o acesso a direitos e a políticas públicas. A partir desta atuação, é esperado que, como salientam Brasil *et. al* (p. 9, 2019) “O profissional de Serviço Social [...] pode contribuir no espaço da Instituição como um mediador das políticas sociais, e com base na sua dimensão investigativa, propiciando o reconhecimento das expressões da questão social”.

²⁰ Seja por dependência financeira ou preocupação com a regulação emocional de seus/as filhos/as.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

Portanto, quando inseridos nas expressões da questão social das crianças atípicas e suas mães, as/os Assistentes Sociais constroem um elo significativo que permite a articulação com o acesso e a garantia dos devidos direitos. Pautado neste entendimento, a atuação conjunta realizada na instituição entre as Assistentes Sociais e as/os estagiários com as mães usuárias foi devidamente ética e coerente, tendo em vista a construção e a manutenção desse elo, que viabilizou a conexão entre essas mulheres e ampliou o diálogo sobre garantia e efetivação de direitos. Brasil *et. al* (2019, p. 7) também analisaram essa relação de troca e a importância desta ação:

Esse espaço de troca é de extrema importância para que os familiares consigam ter uma compreensão da condição de saúde de seus filhos, por meio da troca de conhecimento e da trajetória das famílias mais antigas, pois há um enriquecimento no tocante às famílias que estão chegando. Com isso, a assistente social não se torna detentora do conhecimento, mas dá espaço para que as próprias famílias construam as vivências, dá espaço para a autonomia, a profissional propicia esse local com os usuários.

No tocante ao capacitismo, que, segundo Gama *et al.* (2021, p. 1764), “contribui para privar os direitos e a dignidade humana das pessoas com deficiência, determinando e perpetuando desigualdades e injustiças sociais, e contribuindo diretamente para a exclusão social de membros desse grupo”, é imperativo que o Serviço Social se faça presente, de modo a rejeitar qualquer discurso tradicional e conservador que reforce estigmas ou legitime práticas excludentes, atuando na promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e comprometida.

Neste sentido, a atuação das/os estagiárias/os de Serviço Social em espaços muitas vezes marcados pela precarização, pela focalização e pela lógica filantrópica, apresenta-se de grande relevância para tensionar a perspectiva neoliberal que ainda orienta muitas políticas públicas e práticas institucionais. A presença desses futuros profissionais, ainda em processo formativo, pode contribuir para provocar debates, introduzir novas leituras da realidade e ampliar o olhar sobre demandas historicamente inviabilizadas, como as das pessoas com deficiências e suas famílias. Em muitos casos, a experiência de estágio se torna o primeiro contato direto de profissionais com essas questões, exigindo uma postura crítica e construtiva por parte do Serviço Social, que transforme o modelo capitalista excludente.

O Código de Ética (1993) prevê a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”, e assim como Netto (*apud.* Guerra, 2015) afirma que “[...] apelando a matrizes teóricas outras, é a interlocução com o pensamento marxista que confere ao Serviço

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

Social no Brasil a sua carta de cidadania intelectual”, o estágio supervisionado não deve ser reduzido a um espaço de reprodução técnica ou burocrática das instituições, mas sim compreendida como um campo de atuação aberto à possibilidades emancipatórias e de resistência. A partir deste exercício crítico, torna-se viável agir contra a lógica neoliberal, de modo a tensionar práticas capacitistas, denunciar violações de direitos e fortalecer ações que priorizem o acesso universal, a justiça social e o reconhecimento da diversidade humana. Nesse processo, reafirma-se a dimensão política do Serviço Social, que orienta a formação de sujeitos comprometidos com a autonomia da classe trabalhadora, principalmente aquelas que vivem na interseção entre a deficiência, a pobreza e a desigualdade de gênero.

Ainda que atravessado por limites institucionais, o exercício profissional deve estar sempre ancorado na ótica crítico-marxista que questione as estruturas sociais desiguais e não se acomode diante das restrições impostas pelas políticas capitalistas. Neste sentido, Guerra (2015, p. 12) argumenta que, ao adotar a obra de Marx como fundamento teórico, o Serviço Social não pode ignorar a centralidade da luta de classes, a historicidade das contradições sociais e o caráter estrutural da exploração capitalista. A autora destaca, ainda, que o conhecimento, sob essa perspectiva, deve ultrapassar a neutralidade e assumir uma função radical e transformadora, orientando ações conscientes capazes de modificar a realidade social.

Portanto, esses entraves não devem paralisar a ação profissional, mas sim ser compreendidos como expressões de um projeto societário excludente, que podem e devem ser enfrentados com posicionamentos éticos, sensibilidade social e capacidade de articulação. Assim, mesmo em variados contextos, é possível garantir um fazer profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora, pautado pela defesa intransigente dos direitos humanos e pela promoção de práticas que deem voz à população historicamente silenciada.

Considerações Finais

A realidade das mães de pessoas atípicas ainda é um tema negligenciado nos debates acadêmicos e nas políticas públicas, mesmo quando se reconhecem os múltiplos desafios enfrentados no acesso a serviços e recursos. As experiências observadas durante o estágio evidenciaram que essas mulheres, frequentemente sobrecarregadas, permanecem inviabilizadas nos aspectos sociais, portanto, discutir e problematizar os impactos que recaem sobre elas é fundamental, especialmente porque o bem-estar e o acesso pleno aos direitos da pessoa com deficiência está diretamente relacionado ao suporte emocional, social e psicológico que sua referência principal — neste contexto, sua mãe — recebe.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

Considerando os desafios postos à formação profissional em Serviço Social, é fundamental que os cursos aprofundem debates sobre deficiência, cuidado, gênero e vulnerabilidade social, compreendendo como essas dimensões socioeconômicas e territoriais se articulam e atravessam a realidade das famílias e dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, torna-se necessário também discutir o trabalho emancipatório neste contexto, superando uma abordagem meramente instrumental dessas questões, estimulando a construção do pensamento crítico e ético no processo formativo.

Estar inserido em espaços concretos de atuação, neste caso no estágio supervisionado, diante das múltiplas expressões da questão social vivenciadas por mulheres-mães de pessoas com deficiência, contribui para formar profissionais mais sensíveis, politizadas/os e comprometidas/os com a transformação social. Assim, estagiárias/os para além de aprendizes de técnicas, passam a ser profissionais ativas/os na produção de conhecimento e na construção de práticas que reconheçam a maternidade atípica não apenas como cuidadoras, mas como sujeitas de direitos e protagonistas nas lutas por inclusão e justiça social.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social – fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDENBURG, L. E.; LÜCKMEIER, C. A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva. *Anais do Congresso Estadual de Teologia*, São Leopoldo, v. 1, 2013.

BRASIL, C. C.; FLORIANO, D. C.; LIMA L. A.; LIMA, M. C. de; LEMOS, N. O trabalho do Serviço Social junto às pessoas com Transtorno do Espectro Autista: desafios e possibilidades. *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília, nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023: institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS: 2004*. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRITO, C. C. de; JUNIOR, J. I. de M. A importância da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) para a vida das pessoas com deficiência. *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, v. 16, n. 1, 2019.

CAPUTI, L. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. *Revista Katálysis*, v. 19, n. 3, p. 389–394, dez. 2016.

CARIA, T. H., SACRAMENTO, O., & MENDES, S. (2023). A construção de diários de campo no estudo do saber profissional em serviço social: uma análise metodológica. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 11 (26), 265-289.

CFESS. Conselho Federal do Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

CRISOSTOMO, K. N.; GROSSI, F. R. S.; SOUZA, R. S. (2019). As representações sociais da maternidade para mães de filhos/as com deficiência. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(3), 79-96.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009.

DINIZ, Debora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 324).

GAMA, A. C.; PARAVIDINI, C. C. dos S.; GUIMARÃES, D. N.; AMARAL, S. C. de S. O anticapacitismo e o poder das palavras: a linguagem como ideal de emancipação das pessoas com deficiência. *Revista Philologus*, v. 27, n. 81, supl., p. 1762–1772, 29 dez. 2021.

GUERRA, Yolanda A. O serviço social e a análise crítica de seus fundamentos. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez Editora, 2010.

LINS, Regina Navarro. *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo*. Ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Cuidar de quem cuida de idosos dependentes: por uma

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E CUIDADO INVISIBILIZADO: REFLEXÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE MÃES ATÍPICAS

política necessária e urgente. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 7-15, jan. 2021.

MIOTO, R. C. T.; NUNES, R.; MORAES, P. M.; HORST, C. H. M. O familismo na política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 1, n. 1, 2018.

SASSAKI, R. K. Como chamar as pessoas que têm deficiência. *Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SOUZA, Rozana Aparecida et al. Uma reflexão sobre as políticas de atendimento para as pessoas com transtorno do espectro autista. *Revista Cadernos UniFOA*, Volta Redonda, n. 40, p.95-105, ago. 2019.

VIANA, C. T. S.; BENICASA, M. Maternidade Atípica: Termo e Conceito. *Revista Acadêmica Online*, v. 9, n. 46, 2023.

YAZBEK, M. C. Voluntariado e profissionalização na intervenção social. *Intervenção Social*, Revista do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa/Beja. Portugal, n.25/26, p.171-184, nov. 2002.